

ESTUDO CRÍTICO

Hugh Lacey, *Is Science Value Free? Values and Scientific Understanding* (London/New York, Routledge, 2000), 280p. ISBN 0415208203

A EPISTEMOLOGIA ENGAJADA DE HUGH LACEY II

MARCOS BARBOSA DE OLIVEIRA

*Faculdade de Educação,
Universidade de São Paulo,
Av. da Universidade, 308,
05508-900 SÃO PAULO, SP
BRASIL*

mbolive@usp.br

Numa primeira aproximação, pode-se dizer que o livro mais recente de Hugh Lacey, *Is Science Value Free?: Values and Scientific Understanding*, elabora de modo sistemático e mais completo as idéias apresentadas na coletânea *Valores e atividade científica*, objeto de um comentário nosso publicado no Vol. XXI, nº 2, desta revista ('A epistemologia engajada de Hugh Lacey'¹). Mas isto não significa que a coletânea tenha ficado obsoleta: sendo mais acessível, ela é útil agora como uma introdução ao pensamento do autor. Nosso comentário anterior também não perdeu a validade, e assim convém tomá-lo como ponto de partida. Para facilitar a referência a ele, e aos dois livros, vamos utilizar as abreviaturas "A epistemologia...", '*Is Science...?*', e '*Valores*'.

Em 'A epistemologia...' propomos uma periodização da obra de Lacey que a divide em três fases. Os temas da primeira situam-se na vertente principal da tradição analítica na filosofia da ciência, os da

¹ Publicado também na coletânea *Da Ciência Cognitiva à Dialética*.

segunda dizem respeito ao behaviourismo, e os da terceira, referentes a questões fundamentais da epistemologia, envolvem vários elementos de ruptura com aquela tradição (alguns já presentes na segunda fase), os quais encontram paralelos na tradição dialética marxista. Desta forma, tal como refletido em seus escritos sobre a filosofia da ciência, o pensamento de Lacey percorreu um itinerário, partindo da filosofia analítica, e chegando ao fim a posições muito próximas de certas vertentes do marxismo. A exposição em ‘A epistemologia...’ de certo modo reflete a diretriz deste percurso. Inicialmente é colocada em pauta aquela que é, pode-se dizer, a questão principal da filosofia analítica da ciência, a saber, a do processo de seleção entre teorias rivais. A seguir, vão sendo introduzidos os temas e teses que configuram uma ruptura cada vez maior com a tradição de origem, e no final se mostra a proximidade das posições atingidas com respeito à tradição dialética marxista. Pode-se dizer assim que esta exposição é feita do ponto de vista da filosofia analítica, não obstante o progressivo afastamento de seus princípios.

No presente comentário, esta ordem é invertida: nosso objetivo será o de fazer uma apresentação das idéias de nosso autor de um ponto de vista situado na tradição dialética marxista, ou, em outras palavras, fazer um esboço do que se vê quando se lança um olhar dialético sobre elas. A tradição dialética marxista é, naturalmente, uma posição de esquerda, e uma posição de esquerda se caracteriza como tal, num nível alto de generalidade, pelas respostas que dá para as questões fundamentais relativas à forma de organização das sociedades e, no século XX, à oposição capitalismo/socialismo. Deste ângulo, o mais importante em *Is Science...?* são as passagens do segundo e do oitavo capítulos, onde o autor expõe sua crítica ao capitalismo, reflete sobre as tentativas anteriores visando a instauração do socialismo, e propõe – ainda que de forma sucinta, é claro – uma nova estratégia de luta anti-capitalista em escala global. Antes de entrar em detalhes, convém chamar a atenção para um aspecto curioso que se destaca quando a leitura do segundo capítulo é feita da perspectiva ora adotada.

De um ponto de vista dialético, as questões em pauta são as mais importantes, e o posicionamento em relação a elas deve constituir a base para qualquer discussão. Na apresentação de Lacey, no entanto, essas questões são introduzidas de maneira muito diferente. No estilo característico da tradição analítica, a pergunta seminal do capítulo é de natureza conceitual, a ser respondida por meio de uma análise – no caso, do conceito de valor. O título do capítulo correspondente da coletânea – ‘Para uma análise dos valores’ – deixa isto bem claro. Também em sintonia com o espírito analítico, a pergunta é apresentada num certo nível como a-histórica, e a análise proposta expressa em termos relativamente abstratos, sem ligação essencial com contextos históricos particulares.

Mas, sendo assim, como entrariam as tomadas de posição com respeito ao capitalismo e ao socialismo mencionadas acima? Resposta: entram na qualidade de *exemplos*, como se pode observar na seguinte passagem, bem típica deste procedimento:

Há uma estreita ligação entre os valores sociais entrelaçados numa sociedade e os valores pessoais que uma sociedade incorpora, e também entre os valores articulados pelas instituições dominantes de uma sociedade (ideologia) e os valores pessoais que se tornam articulados através de toda a sociedade. [...] Assim, *por exemplo*, a liberdade (liberdade negativa) e o primado dos direitos de propriedade, na forma em que são entrelaçados nas instituições econômicas e legais concretas dos Estados Unidos, promovem a incorporação de valores pessoais individualistas, egoístas, e competitivos (pp. 28-9², grifo nosso).

Da forma como são introduzidos, os exemplos devem funcionar como ilustrações, como algo que torna mais clara a expressão das idéias, mas que não faz parte da essência da argumentação. Do ponto de vista ora adotado, entretanto, salta aos olhos que, muito mais que ilustrações, eles expressam os interesses reais do autor, e situando histori-

² Todos os números de página sem indicação do *locus* referem-se a (Lacey (1999a)).

camente suas reflexões, as tornam mais concretas. Nesta leitura, fica parecendo que a forma de apresentação adotada por Lacey envolve uma inversão de prioridades: o que é fundamental aparece como subordinado e vice-versa.

Estas considerações levam a uma pergunta mais geral. Lacey apresenta *Is Science...?* como uma contribuição à filosofia analítica da ciência. Já mencionamos o progressivo afastamento desta tradição, porém, como vimos em ‘A epistemologia...’, permanecem elementos de continuidade, especialmente no estilo de articulação e expressão das idéias, que contribuem para justificar aquela pretensão. Por outro lado, levando em conta a proximidade final com a tradição dialética, e exagerando um pouco, pode-se perguntar: seria Lacey um dialético analítico? (Ou um analítico dialético?) A pergunta soa menos estranha quando lembramos a existência do marxismo analítico, porém a resposta que vamos propor não vai nesta linha. A nosso ver o pensamento de Lacey é essencialmente dialético – uma tese que entretanto dá origem à indagação: de onde viriam os aspectos analíticos de sua abordagem, que acabamos de apontar? Vêm do fato de que nestes livros ele está se dirigindo aos filósofos analíticos, e sinceramente esperando ser entendido. O mesmo não pode ser dito, por exemplo, dos frankfurtianos, especialmente daqueles que se viam condenados a lançar mensagens em garrafas. Tal postura é, com certeza, parte da explicação para a obscuridade, a imprecisão, e a falta de argumentos de que os analíticos tanto se queixam diante dos textos dos frankfurtianos (e também em relação a outras tradições filosóficas continentais, que entretanto não vêm ao caso no presente contexto). A ausência de uma genuína disposição ao diálogo, por outro lado, observa-se também do lado dos analíticos. Se não constitui prova, pelo menos fornece evidência a favor desta interpretação a verdadeira conversa de surdos travada pelos dois “partidos”, um liderado por Popper, outro por Adorno, por ocasião da famosa conferência da Associação Sociológica Alemã em Tübingen, 1961, que deu origem à chamada ‘disputa positivista na sociologia alemã’ (Adorno (1976)).

Um outro aspecto que chama a atenção do dialético é a centralidade dos valores no pensamento de Lacey, refletida já nos títulos dos dois livros em pauta. De fato, para ele os valores constituem o cerne, o ponto de irradiação de todos os conceitos e linhas de raciocínio. Sua crítica ao capitalismo é formulada em termos de valores, e num primeiro momento pode dar a impressão de se resumir à tese de que este sistema incorpora os valores “errados” no lugar dos “certos”: a competição em vez da cooperação, o individualismo em vez da solidariedade, o mercado em vez do bem-estar das pessoas, e assim por diante. Se assim fosse, não estaria equivocado o dialético que a classificasse como uma crítica idealista – no sentido de idealismo que se opõe ao materialismo histórico –, associada no plano da prática política ao voluntarismo. Lacey entretanto está plenamente consciente destes perigos:

Se a valoração tem por objetivo guiar vidas e não reduzir-se a uma mera crítica idealista, as considerações sobre o que é possível são sempre muito importantes. A consistência formal de um complexo de valores não garante sua viabilidade. Por exemplo, valores comunitários como cooperação e compartilhamento são formalmente consistentes com a primazia dos direitos de propriedade, mas pode-se argumentar que as condições materiais e sociais necessárias para a manifestação de uns impedem a dos outros. A afirmação da possibilidade de sustentação coerente de um complexo de valores envolve mais que a consistência (p. 42).

Como esta passagem deixa claro, e várias outras confirmam, embora formulada em termos de valores, a crítica de Lacey ao capitalismo vai muito além de uma mera contraposição de valores “certos” e “errados”. Trata-se de uma crítica imanente, que expõe as contradições internas do complexo de valores do capitalismo. Tais contradições, ou inconsistências, além disso, na medida em que não são apenas formais, expressam o reconhecimento de que os valores não pairam simplesmente no universo das idéias, mas estão enraizados na materialidade da vida dos indivíduos e das sociedades. Com isso, também o voluntarismo é evitado:

O futuro não é determinado pelo presente, nem é o produto de uma ação voluntarista não constrangida pelo presente. Em lugar disto, ele toma forma em parte na medida em que as realidades presentes são modificadas, e algumas vezes transformadas, através da ação intencional. Nossas crenças e desejos desempenham um papel causal na moldagem do futuro, porém sob poderosas restrições que não são elas próprias sujeitas à modificação simplesmente à luz de nossos desejos e crenças presentes. Os valores são inteligíveis apenas no interior desse contexto de restrição (p. 30).

A tradição marxista também se caracteriza por apresentar uma crítica interna e materialista ao capitalismo. Nem por isto entretanto deixa de haver diferenças, uma vez que as contradições internas apontadas pelos marxistas não se situam, como as de Lacey, no domínio dos valores, mas sim na esfera econômica da produção – em uma das formulações, a contradição principal se dá entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação.

Lacey na verdade não usa o termo contradição, mas sim *brechas* (*gaps*) para se referir às inconsistências nos complexos de valores. Tais brechas constituem as forças que impulsionam os processos de transformação, tanto pessoais quanto institucionais e sociais. Lacey distingue quatro tipos de brechas. Apenas para dar uma idéia, sem entrar em detalhes: o primeiro tipo corresponde à brecha entre a articulação e a manifestação dos valores, ou, em outros termos, entre intenção e ação efetiva, entre o desejo e os resultados da ação; o segundo, à brecha entre o potencial desejável e o atual, entre como constatamos que as coisas são e como sentimos que elas poderiam ser.

As brechas causam desequilíbrios, e com o objetivo de diminuí-las uma pessoa pode adotar um entre cinco *caminhos*. Mais precisamente, Lacey caracteriza estes caminhos como tipos ideais; no nível concreto, cada pessoa segue certa combinação de diferentes caminhos. Os três primeiros são menos relevantes no presente contexto, pois neles o forte é a mudança ou adaptação individual, sendo as estruturas sociais percebidas como fatos a serem aceitos, como premissas, por assim dizer. Estes são os caminhos do *ajustamento*, da *resignação*, e da *marginalidade criativa*.

Os dois últimos – os caminhos da *procura do poder*, e da *transformação a partir de baixo* – envolvem mudança radical nas estruturas sociais.

A adoção do quarto caminho por parte de uma pessoa “reflete o desejo de obter poder (político ou econômico) a fim de ajustar as estruturas sociais às suas intenções, interesses e valores (e, sem dúvida, àquelas que ela julga que os outros “deveriam” ter), e de utilizá-lo para transformar as estruturas institucionais de tal forma que os seus próprios interesses ou o que vê como obrigações possam ser satisfeitos” (p. 37). Ele é rejeitado sob a alegação de que “a procura do poder, na melhor das hipóteses, apenas trará mudanças nas pessoas que ocupam os lugares privilegiados nas estruturas de dominação (ou talvez substituirá as velhas estruturas de dominação por outras novas porém não menos dominadoras” (p. 38). Embora Lacey não seja explícito a esse respeito, a crítica aplica-se ao marxismo-leninismo, na medida em que este vê na conquista do poder de Estado uma etapa imprescindível para a transformação das estruturas sociais. Para efeito da comparação a seguir, convém registrar outros traços desta vertente: a adoção como meta de uma forma de socialismo centrada no binômio propriedade estatal dos meios de produção mais planejamento central, e a atribuição ao proletariado do papel de sujeito revolucionário principal.

O quinto caminho, da transformação a partir de baixo, inspira-se na tradição dos movimentos populares da América Latina. Em contraste com o marxismo-leninismo, ele não parte de uma definição de socialismo previamente assumida:

Eles [os participantes dos movimentos populares] não articulam seus objetivos em termos de um sistema político ou econômico particular. A luta para eles visa a realização mais completa possível dos direitos humanos, e não necessariamente, por exemplo, a instauração do socialismo. Tal realização envolve, naturalmente, transformações estruturais. Contudo, a natureza das estruturas sociais almejadas, que incorporam adequadamente os direitos humanos, não é definida teoricamente de antemão; ela deve emergir das necessidades e da criatividade da luta, refletindo as contribuições e ações dos que nela se engajam (p. 186).

Os membros (de fato e em potencial) dos movimentos populares ocupam assim o lugar que o proletariado tinha na concepção marxista-leninista, enquanto sujeitos do processo de transformação das estruturas sociais. Eles se encontram, segundo Lacey, nos setores discriminados ou marginalizados da população, quer dos países centrais, quer dos periféricos: os pobres de maneira geral, as mulheres, os excluídos, os sem-terra, as minorias oprimidas, como povos indígenas e refugiados.

No lugar da conquista do poder, os objetivos dos movimentos populares, que caracterizam o caminho da transformação a partir de baixo, são assim descritos:

(1) permitir que seus membros, oriundos em grande parte dos grupos marginalizados, manifestem valores que são seus, e se dediquem a práticas de serviço e cooperação com este fim; (2) ampliar o âmbito destas organizações criando novas unidades, e cooperando com outras de modo que cada vez mais pessoas se envolvam no processo; (3) trabalhar com setores das instituições oficiais num espírito de reciprocidade de modo a abrirem conjuntamente mais espaço para um número cada vez maior de pessoas poder encontrar opções satisfatórias; (4) neste processo, formar as instituições em que valores como a cooperação, a participação e aceitação da diferença possam ser incorporados; (5) em algum momento constituir a base institucional de novas estruturas sociais em que as relações de dominação seriam reduzidas (p. 38).

A limitação de espaço nos impede de entrar em detalhes que dariam uma imagem mais rica e nuançada da estratégia defendida por Lacey. Entre seus aspectos a nosso ver mais positivos destacam-se as teses a respeito das relações entre os processos de mudança nos indivíduos e na sociedade, e entre meios e fins – muito mais sofisticadas que as do marxismo-leninismo:

...quando o caminho da transformação a partir de baixo é seguido de maneira autêntica, apenas o avanço dos movimentos em interação dialética com a formação dos valores pessoais pode produzir a transformação desejada. Ela se baseia num processo passo-a-passo de mudança, testando a viabilidade de cada passo à medida que se desenvolve,

um processo em que há unidade orgânica entre fins e meios. Cada passo não é avaliado enquanto um meio para um objetivo social sistematicamente articulado, pois tal avaliação não leva em conta a dialética pessoal/social, e está sujeita a que os papéis-chave sejam atribuídos ao poder e à violência (pp. 38-9).

Convém observar, por outro lado, que não obstante a impressão que a sinopse acima possa ter causado, a questão do poder não é simplesmente descartada por Lacey. Em situações em que a repressão é muito intensa, ele admite que os movimentos populares possam se aliar a grupos dispostos a conquistar o poder, mesmo pela luta armada – embora tendo o cuidado de apontar os perigos inerentes a esta tática.

Voltaremos mais tarde a estas questões políticas gerais. Passemos agora à ciência, que constitui afinal de contas o tema central do livro. Já vimos em ‘A epistemologia...’ que a crítica de Lacey à ciência e à tecnologia modernas é estreitamente articulada com sua crítica ao capitalismo. No centro da discussão, encontram-se de novo os valores, e os que entram em cena agora no papel principal são os valores relacionados às práticas de controle. Uma das características essenciais do controle consiste em que o valor atribuído ao objeto controlado reduz-se ao valor instrumental para o agente, o que não ocorre em outros tipos de interação com os quais ele contrasta, como a reciprocidade, a mutualidade e o respeito. Os *modernos valores de controle* incluem, como o mais fundamental, *a expansão da capacidade humana de exercer controle sobre a natureza*, além de outros também importantes como *o exercício do controle sobre objetos materiais*, e *a implementação de novas formas de controle*. De maneira geral, o sistema capitalista é criticado por incorporar uma supervalorização do controle em detrimento de outras formas de relacionamento com a natureza, e a ciência e tecnologia modernas por serem manifestações desta postura.

Assim como no caso mais geral do capitalismo, não se trata apenas de opor um conjunto de valores a outros. A crítica aos modernos

valores de controle passa pelo reconhecimento de que “as incorporações destes valores requerem práticas e instituições que podem ser mantidas apenas numa ordem econômica que tem inerentemente conseqüências indesejáveis, tais como a devastação social e ecológica, desigualdades inaceitáveis, relações patriarcais, trabalho alienado, ou relações de dominação entre classes” (p. 199). Sendo assim, a reforma da ciência e da tecnologia não pode ser obtida por meio de um esforço voluntarista de alterar o complexo de valores que rege sua prática: ela exige um conhecimento objetivo, ainda que não desinteressado, das causas desta impossibilidade – ou seja, da impossibilidade de incorporar os modernos valores de controle em uma ordem econômica não marcada por tais características indesejáveis.

Coerentemente com a tese de que a transformação das estruturas sociais não pode ser empreendida a partir de um modelo pré-estabelecido colocado como meta, ficando os meios para serem decididos separadamente, Lacey não propõe uma concepção acabada de uma nova forma que a ciência deveria assumir numa sociedade mais satisfatória. Algumas diretrizes, entretanto, são formuladas.

A primeira delas pode ser vista como uma decorrência de que o alvo da crítica não é o controle em si, já que em alguma medida ele deve necessariamente estar presente nas relações do homem com a natureza, mas sim a extensão, preeminência e centralidade que ele adquire nas sociedades modernas. Na medida em que a ciência, tal como a conhecemos, permite que muitas práticas de controle sejam realizadas de maneira mais eficiente, não haveria motivo em princípio para descartá-la completamente. E, de fato, Lacey não a descarta. Uma característica fundamental de sua proposta é o pluralismo que consiste em definir ‘ciência’ de uma forma bem ampla, identificando-a com a ‘pesquisa empírica sistemática’, e afirmar que, aceita esta definição, a ciência pode ser praticada segundo várias *abordagens*, sendo a ciência moderna apenas uma delas. Em contraste, a visão dominante hoje em dia, em particular a da filosofia analítica da ciência, nega a existência de tais abordagens alternativas: ciência é a ciência moderna que conhecemos, com sua

estratégia materialista. Assim como os neoliberais proclamam a respeito do capitalismo, nesta visão a ciência moderna *is the only game in town*.

O desafio para Lacey consiste então em caracterizar as abordagens alternativas, e demonstrar sua viabilidade, empreendimento a que ele dedica os capítulos oito e nove do livro, defendendo respectivamente a abordagem do *grassroots empowerment*³, e uma abordagem feminista.

A abordagem do *grassroots empowerment* é estreitamente relacionada ao quinto caminho para a superação de brechas nos complexos de valores, o da transformação a partir de baixo. A inspiração para este caminho, como vimos, vem dos movimentos populares da América Latina, e é como uma das possíveis práticas destes que se introduz a abordagem do *grassroots empowerment*. Ela tem, portanto, um significado especial para os países periféricos, e é apresentada, na verdade, como um elemento de uma estratégia geral para a superação do subdesenvolvimento, baseada teoricamente na distinção entre os conceitos de *desenvolvimento modernizador* e *desenvolvimento autêntico*.

O desenvolvimento modernizador é, em essência, aquele que toma os países capitalistas centrais como modelo, de tal forma que o grau de subdesenvolvimento de um país é medido pela distância que separa a realidade vigente do modelo. O que conta como avanços são o crescimento econômico, a industrialização, a incorporação da tecnologia moderna, a integração na economia capitalista mundial, etc. Nesta perspectiva, o papel da ciência moderna é claro, e importante; o que se discute é se os países em desenvolvimento devem procurar ser produtores de conhecimento científico, ou apenas importadores – como se pode argumentar, em nome da economia de recursos, e apelando-se para a suposta neutralidade do conhecimento científico moderno, que tornaria o lugar de sua produção irrelevante para as aplicações tecnológicas.

³ Trata-se de uma expressão duplamente difícil de traduzir. Como as possibilidades que nos ocorrem – empoderamento popular, ou do povo, ou dos movimentos populares – nos parecem longe de ser satisfatórias, preferimos manter o original.

O desenvolvimento autêntico, em contrapartida, toma com bem definido não o estado de desenvolvimento almejado, mas a realidade atual, com todos os seus problemas de pobreza, desigualdades sociais, dependência, etc. O desenvolvimento é definido gradualmente pela negação desta realidade, na medida em que os agentes da transformação, ou seja, os movimentos populares, avançam em suas conquistas. As possibilidades vistas como alcançáveis incluem manifestações mais completas de valores relativamente incompatíveis com os associados ao desenvolvimento modernizador, tais como a solidariedade em equilíbrio com a autonomia individual, a superioridade dos bens sociais em relação à propriedade privada e ao lucro, e do bem-estar das pessoas em relação ao mercado, o fortalecimento de uma pluralidade de valores em lugar da mercantilização, etc. Estes são os valores do *grassroots empowerment*.

Neste ponto cabe notar um novo caso daquilo que soa para os dialéticos como uma inversão de prioridades na apresentação das idéias, análoga à que apontamos com referência à análise dos valores. Está claro que a defesa do desenvolvimento autêntico contém a formulação dos traços essenciais de toda uma estratégia, uma resposta à pergunta “que fazer?” com que se defrontam os setores progressistas dos países periféricos. Na linha de raciocínio desenvolvida no livro, contudo, as considerações sobre o desenvolvimento entram como parte da solução de um problema teórico: seu papel é o de fornecer uma base para a demonstração da existência de uma alternativa à abordagem da ciência moderna, com isto fortalecendo o argumento de que a predominância de sua estratégia materialista não decorre de razões metafísicas, mas sim das interações mutuamente reforçadoras com os modernos valores de controle.

A ilustração mais concreta fornecida por Lacey como parte da caracterização da abordagem do *grassroots empowerment* diz respeito à agricultura. A partir de críticas à revolução verde e à biotecnologia, Lacey defende como alternativa a *agroecologia*. A pesquisa na agroecolo-

gia “tem por objetivo estudar os objetos naturais explicitamente em termos de suas relações com as ordens ecológica e social (e não simplesmente como objetos cujas possibilidades são geradas a partir da ordem subjacente em que seu papel na ordem social é apenas implícito” (p.193). Ela dá origem a questões do tipo: como produzir trigo de maneira que todas as pessoas numa dada região possam se alimentar adequadamente, fortalecendo a autonomia local e preservando o meio ambiente? Em contraste com a do desenvolvimento modernizador – como maximizar a produção de trigo sob condições “ótimas”? – aquela questão

não abstrai as condições da vida e experiências quotidianas e as atividades práticas predominantes numa região, e não assume que questões de ordem social sejam subordinadas à implementação de novos controles. Ela não considera a biologia, ecologia, e sociologia (ou a produção e a distribuição) separadamente, situando as questões relativas à produtividade entre questões do seguinte tipo: Quais são as condições sócio-econômicas e os efeitos sociais da produção agrícola? Quem controla o produto? Que uso é feito dele? Como é distribuído? Como as condições socio-econômicas de produção afetam as da distribuição, e vice-versa? Quais são os efeitos sobre a saúde e a ecologia? [...] Esta abordagem volta-se para o local e o particular: para as condições locais relativas ao solo, às linhagens de semente, métodos ecologicamente adequados, disponibilidade de controles naturais de pragas, práticas tradicionais; e às relações socio-econômicas, necessidades, aspirações e histórias locais (p. 194).

As considerações de Lacey sobre o feminismo – que, diga-se de passagem, representam um acréscimo de *Is Science ...?* em relação ao livro anterior – tomam como ponto de partida reflexões de Helen Longino, uma feminista americana que tem muitos escritos importantes em filosofia da ciência. A abordagem feminista diz respeito primordialmente aos domínios da psicologia, da sociologia, e de certos ramos da biologia. Lacey deixa em aberto a possibilidade de uma ciência física – uma física ou uma química – feminista (cf. p. 205). Sua estratégia deriva de uma concepção de natureza humana segundo a qual

seres humanos têm a capacidade de agir informados por seus próprios valores e à luz de suas avaliações das realidades presentes, e de agir eficazmente para “provocar mudanças no eu [*self*] e na sociedade na base nestas percepções”. Seres humanos são agentes, com “capacidades de auto-consciência, auto-reflexão, e auto-determinação, e cujos estados intencionais são eficazes”(p. 202)⁴.

A capacidade de agir (*agency*) que corresponde a esta concepção desempenha um papel fundamental na visão de Longino. É dela que decorre a estratégia da abordagem feminista, uma estratégia essencialmente intencionalista, em que as explicações sobre o comportamento humano são formuladas em termos de desejos, crenças, intenções etc., em vez de leis, processos e estruturas subjacentes, como acontece na corrente dominante das ciências humanas que tomam as ciências naturais como modelo.

No esquema de Lacey, cada abordagem para a ciência é associada a uma determinada estratégia, e a um determinado complexo de valores. Um aspecto que merece destaque, por representar a nosso ver mais uma faceta do caráter dialético de seu pensamento, é a maneira como é concebida a relação entre a estratégia e o respectivo complexo de valores em cada abordagem. A expressão usada sistematicamente para caracterizá-la é ‘interação mutuamente reforçadora’, cujo conteúdo remete ao conceito weberiano de afinidades eletivas. No caso da ciência moderna, por exemplo, afirma-se então que a estratégia materialista está em interação mutuamente reforçadora com os modernos valores de controle. Se a relação postulada fosse de subordinação, ou seja, se se afirmasse que a ciência moderna, com sua abordagem materialista, está simplesmente a serviço dos modernos valores de controle, então a avaliação de cada teoria dependeria apenas de quanto ela contribui para a realização destes valores.

⁴ As aspas no interior da citação remetem a *Science as Social Knowledge* (Longino (1990)) de Helen Longino.

Neste comentário adotamos a convenção terminológica de Lacey de usar ‘valores’ para designar valores pessoais, morais, sociais, e outros, mas não valores cognitivos (cf. p. 16). Ou seja, os valores cognitivos não são uma espécie do gênero valores. Na medida em que os valores de controle não são valores cognitivos, a consequência de subordinar a estratégia materialista àqueles seria a exclusão dos valores cognitivos do processo de avaliação das teorias. Há uma tendência no materialismo vulgar, e de maneira geral em toda postura engajada, diante não apenas da ciência, mas de outras esferas do espírito humano, como a das artes, de negar a importância dos valores próprios de cada esfera – valores cognitivos, no caso da ciência, valores estéticos, no caso das artes. No outro pólo encontram-se, naturalmente, as tendências idealistas, de só levar em conta estes valores, deixando de lado os sociais e políticos. A dialética não faz nem uma coisa nem outra; ela constitui uma concepção totalizante, que vai além de um mero meio termo, na medida em que não adota um padrão fixo, sendo sensível às mudanças de configuração envolvendo as práticas e as diferentes categorias de valores ao longo da história. No terreno da crítica literária, um claro representante desta visão dialética é Antônio Cândido ((1965), cf. caps. I e II). Cabe assim uma comparação: da mesma forma como Antônio Cândido, apesar de seu engajamento, insiste na importância dos valores puramente estéticos na avaliação das obras literárias, na concepção de Lacey, a seleção entre teorias rivais dentro de cada abordagem é função apenas do grau de manifestação dos valores cognitivos. Os valores não cognitivos não deixam de desempenhar um papel fundamental – não entretanto neste âmbito interno, mas na escolha entre estratégias.

Outra consequência desta concepção é que uma abordagem não pode se afirmar apenas em virtude dos valores a que responde. Por mais nobres que sejam estes, uma abordagem não vai florescer se não der origem a teorias com alto valor cognitivo. E esta não é uma questão que possa ser resolvida *a priori*: é apenas o empreendimento, a prática da ciência segundo uma determinada abordagem que pode demonstrar

sua fecundidade. A possibilidade de tal prática depende de condições econômicas, sociais, e ideológicas, mas seu sucesso ou fracasso é função em última análise de como o mundo é (cf. p. 198). O mundo poderia perfeitamente ser constituído de tal forma que a estratégia materialista, concebida nos primórdios da revolução científica, não viesse a ter o sucesso que de fato alcançou. Quanto às abordagens alternativas propostas, Lacey reconhece que elas se encontram num estágio incipiente, e que não se pode excluir a possibilidade de que o mundo seja constituído de tal forma que elas nunca venham a ter uma fecundidade comparável a da ciência moderna. Mas nunca se ficará sabendo disto se a tentativa não for feita. E ela merece ser feita tendo em vista o fracasso da ciência moderna, e do sistema social em que ela se insere, em superar as brechas a que dão origem.

Consideremos agora as respostas que Lacey propõe para a pergunta-título do livro, *Is Science Value Free?* Lembremos em primeiro lugar que a isenção de valores a que se refere a pergunta é analisada por Lacey em três componentes, a imparcialidade, a neutralidade, e a autonomia. No quarto capítulo são apresentadas caracterizações provisórias das três componentes, tendo como pano de fundo a ciência moderna. No décimo, elas são redefinidas, para se ajustar à concepção pluralista, com suas várias abordagens. Um aspecto digno de nota é o espírito que anima a discussão: Lacey a conduz como quem procura preservar ao máximo a idéia de que a ciência é livre de valores, sem com isto invalidar, é claro, suas críticas à ciência moderna. Este impulso é explicável talvez pelo relativismo que sua negação tende a promover – e de fato se concretiza em algumas teorizações pós-modernas. A conclusão a que ele chega é a de que “a imparcialidade pode e deve ser mantida como uma tese viável; que a neutralidade, apesar das ambigüidades, dificulta sua sustentação de forma nítida, é passível de uma interpretação que a torna defensável; mas que apenas fragmentos da autonomia podem ser mantidos” (p. 224).

A discussão que conduz a este resultado é complexa demais para ser resumida adequadamente aqui. Observemos apenas que, dado o objetivo de preservar tanto quanto possível a tese da isenção de valores da ciência, *Is Science ...?* representa um avanço em relação a *Valores ...*, já que neste a neutralidade é rejeitada junto com a autonomia.

E, para terminar, duas observações análogas às que fizemos ao final de ‘A epistemologia...’. A primeira é que, lá como cá, nosso objetivo central foi apenas o de esboçar a linha-mestra da argumentação desenvolvida nos dois livros. Mudou o ponto de vista, e conseqüentemente a ordem e a ênfase relativa com que foram descritas as peças que formam a estrutura do pensamento de Lacey, porém permaneceu a desistência – talvez inevitável num trabalho desta natureza – de tentar transmitir ao leitor toda a riqueza, o rigor e a sofisticação das análises, muitas das quais a nosso ver valiosas mesmo para quem não compartilhe o espírito engajado que as anima.

A segunda observação tem por objetivo deixar claro que, apesar de todo o apreço que temos por seu trabalho, a concordância com as idéias de Lacey não é completa. A divergência principal, contudo, refere-se menos ao que ele diz do que ao que ele deixa de dizer. O terreno comum é a oposição ao capitalismo em geral, e em particular ao neoliberalismo triunfante nos dias de hoje. A diferença reside na estratégia proposta para subvertê-lo. A de Lacey, da transformação a partir de baixo, consiste, como vimos, em um ataque a partir das bordas, empreendido por grupos sociais marginalizados, quer dos países periféricos, quer dos centrais. A nosso ver, apesar de todos os seus méritos, o alcance dos movimentos populares será sempre limitado na ausência de um questionamento, teórico e prático, do próprio núcleo do capitalismo. Durante a maior parte do século XX, o socialismo clássico, baseado no binômio propriedade estatal dos meios de produção mais planejamento central, constituiu um questionamento desta natureza, tendo tido, direta e indiretamente, um papel importantíssimo em mitigar al-

gumas das mazelas do capitalismo. Nos países em que foi implementado, entretanto, ele em vários momentos revelou suas limitações e, na forma concreta que assumiu, começou a ser contestado mesmo em setores da esquerda. O colapso do sistema comunista em fins da década de 80 foi a pá de cal lançada sobre este modelo.

Depois de um período de perplexidade, muitos pensadores filiados à tradição marxista começaram a empreender com mais vigor tentativas de formular concepções alternativas de socialismo, que preservem os valores e alguns dos princípios da tradição, mantendo assim a continuidade, rejeitando aqueles vistos como responsáveis pelo fracasso do socialismo clássico. É neste grupo que nos incluímos, convencidos de que o neoliberalismo não será superado sem uma concepção alternativa de socialismo que desempenhe a função norteadora da ação política das esquerdas. Em outras palavras, na ausência de uma tal concepção, não poderá se realizar a quinta e última etapa da estratégia da transformação a partir de baixo – como vimos acima, “constituir a base institucional de novas estruturas sociais em que a dominação seria reduzida”.

A crítica de Lacey à ciência moderna perderia muito de sua força se viesse desacompanhada da caracterização de abordagens alternativas; apenas assim é possível questionar convincentemente a tese do *the only game in town*. No caso em pauta, agora, com o socialismo clássico fora da parada é o capitalismo que desempenha o papel do *the only game in town*. E para os que ainda subscrevem os ideais do socialismo, a crítica ao capitalismo só pode ser efetivamente sustentada por meio da apresentação de uma concepção alternativa de socialismo. Esta é, a nosso ver, a tarefa crucial do momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

ADORNO, T. *et al.* (1976). *The Positivist Dispute in German Sociology* (Londres, Heinemann).

BARBOSA DE OLIVEIRA, M. (1999). *Da Ciência Cognitiva à Dialética* (São Paulo, Discurso Editorial).

- CÂNDIDO, A. (1965). *Literatura e Sociedade*. (São Paulo, Companhia Editora Nacional).
- LACEY, H. (1999a). *Is Science Value-Free? Values and Scientific Understanding*. (Londres e Nova York, Routledge).
- . (1999b). *Valores e atividade científica* (São Paulo, Discurso Editorial).
- LONGINO, H.E. (1990). *Science as Social Knowledge* (Princeton, Princeton University Press).